

N. F. Nº - 281392.0010/23-0  
NOTIFICADO - BALBINO SIMÕES DE ARAÚJO FILHO  
NOTIFICANTE - PAULO CÂNCIO DE SOUZA  
ORIGEM - DAT METRO/INFAZ ITD  
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 14/11/2023

**1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL****ACÓRDÃO JJF Nº 0179-01/23NF-VD**

**EMENTA:** ITD. FALTA DE RECOLHIMENTO. DOAÇÃO DE CRÉDITOS. O Imposto sobre Transmissão “causa mortis” e doação de quaisquer bens ou direitos (ITD) tem como fato gerador a transmissão “causa mortis”, e a doação, a qualquer título de bens móveis, direitos, títulos e créditos. Infração não elidida. Notificação Fiscal **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

A presente Notificação Fiscal, lavrada em 19/05/2023, refere-se à exigência de ITD no valor histórico de R\$ 5.536,45, mais multa de 60%, em decorrência da seguinte infração à legislação do supracitado imposto:

***Infração 041.001.001 - Falta de recolhimento ou recolhimento a menor do ITD incidente sobre doação de créditos”.***

*“Contribuinte declarou doação de R\$ 158.184,46 no ir ano calendário 2018. Foi intimado via ar e houve retorno postal”.*

Data de ocorrência: 30/11/2018.

Enquadramento Legal: art. 1º, III, da Lei nº 4.826/89.

Multa Aplicada: art. 13, II, da Lei nº 4.826/89.

O contribuinte, tomou ciência da Notificação Fiscal em 05/06/23 (AR à fl. 15), apresentando impugnação em 18/07/23, à fl. 32.

Reclama que se trata de uma segunda resposta, relativa à primeira e segunda intimação para apresentação de documentos.

Cita que após as intimações anteriores foram remetidas para a Sefaz todos os documentos comprobatórios do cumprimento/quitação das obrigações tributárias perante o Estado, relativas ao bem imóvel recebido em doação, juntamente com sua irmã – Rita Cardeal Simões Carvalho, de seus genitores (Balbino Simões de Araújo e Antônia Cardeal de Araújo).

Visando comprovar sua alegação, anexa ao processo cópia de recolhimento em DAE à fl. 41, e cópia da escritura de doação do imóvel acima mencionado, às fls. 45/46

Ao final, considerando que as intimações realizadas são constrangedoras, afirma que o tributo foi totalmente quitado, e que a presente cobrança é indevida e absolutamente improcedente.

O Notificante presta informação fiscal à fl. 60, inicialmente dizendo que com base nas informações prestadas, por intermédio de convênio de cooperação técnica firmado com a Receita Federal, constatou que o Sr. Balbino Simões de Araújo Filho, inscrito no CPF sob o nº 411.165.185-20, recebeu doação que foi declarada na DIRPF, ano calendário 2018.

Esclarece que a Notificação Fiscal, com data de lavratura em 19/05/2023, formaliza um débito

apurado, referente a 2018, de R\$ 5.536,45, que é o resultado da aplicação da alíquota de 3,5 % sobre a base de cálculo, equivalente a R\$ 158.184,46.

Aduz que em o notificado contestou a cobrança apresentando escritura de doação.

Entretanto diz que na escritura se verifica que houve uma doação ocorrida em 2017 e lançada em 2018. Acrescenta que não está claro como se chegou ao valor de R\$ 158.184,46, já que foi feita uma doação de R\$ 384.545,57 para dois donatários, cabendo, portanto, 50% ou R\$ 192.272,78 para cada um.

Considera que não é conclusivo que se trata da mesma operação já que o valor e o período não coincidem.

Ao final, ressaltando que o contribuinte foi intimado a prestar esclarecimentos (fl. 58), mas não se manifestou, pede a manutenção da Notificação Fiscal.

## VOTO

A presente Notificação Fiscal exige ITD, sob acusação da falta de recolhimento do imposto, referente à doação declarada na DIRPF do notificado, no ano calendário 2018, exercício de 2019.

Com base nas informações prestadas, por intermédio de convênio de cooperação técnica firmado entre a Receita Federal e a SEFAZ, constatou-se que o Notificado recebeu doação, declarada na sua DIRPF, e o presente processo questiona a falta de pagamento do ITD.

O Notificado alegou que se trata de um bem imóvel recebido em doação, juntamente com sua irmã – Rita Cardeal Simões Carvalho, de seus genitores (Balbino Simões de Araújo e Antônia Cardeal de Araújo).

Visando comprovar sua alegação, anexou ao processo cópia de recolhimento do ITD à fl. 41, bem como cópia da escritura de doação do imóvel acima citado, às fls. 45/46.

Entretanto, como bem frisou o notificante em sua informação fiscal, o imposto cobrado no presente processo se refere a uma doação de crédito no montante de R\$ 158.184,46, declarada pelo donatário (notificado) em sua DIRPF no ano calendário de 2018, ao passo que sua argumentação é de que se trata de uma doação de imóvel ocorrida no ano calendário de 2017.

Ademais, a doação do imóvel a que o notificado se refere foi no valor de R\$ 384.545,57 para dois donatários, o que caberia o montante de R\$ 192.272,78 para cada um (50%).

Destarte, diante das divergências apontadas, não há como se concluir que se trata da mesma operação já que o valor e o período não coincidem.

Deve ser ainda ressaltado, que o contribuinte foi intimado para prestar esclarecimentos (fl. 58), sobre por que uma doação ocorrida em 2017 foi lançada em 2018, como se chegou ao valor de R\$ 158.184,46, além de apresentar cópia da DIRPF 2018, porém o notificado não atendeu.

O artigo 123 do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, assegura ao sujeito passivo o direito de fazer a impugnação, devendo a defesa ser acompanhada das provas que o contribuinte tiver, inclusive, levantamentos e documentos referentes às suas alegações. Todavia a última intimação fiscal não foi atendida, e os elementos apresentados pelo notificado não comprovaram a argumentação defensiva.

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **PROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº **281392.0010/23-0**, lavrado contra **BALBINO SIMÕES DE ARAÚJO FILHO**, devendo ser intimado o notificado para

efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 5.536,45**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 13, inciso II, da Lei nº 4.826/89, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 18 de outubro de 2023.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVEA – RELATOR

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ – JULGADOR

